

**Banco Fibra S.A. e
Controladas – Conglomerado Prudencial**

Demonstrações financeiras
com relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2018

Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução:

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Externa.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton, na qualidade de Auditor Externo, é a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Externa e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando requerido, os responsáveis por processos, produtos ou áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Externa, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada três anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Auditoria Externa:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas da Grant Thornton.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Externa e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e externa, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. Os membros do Comitê participam das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que tiveram a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2018, que foram apreciadas por este Comitê, nesta data.

São Paulo, 17 de agosto de 2018.

Comitê de Auditoria

Arno Schwarz
Presidente e Membro Qualificado

José Antonio Miguel Neto
Membro

Kumagae Hinki Junior
Membro

Marcos Chadalakian
Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105
12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos: Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Fibra S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota 3 – “Principais Práticas Contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Fibra S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nesta data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial prevista na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota 3 – “Principais Práticas Contábeis”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota 3 – “Principais Práticas Contábeis” que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

O Banco Fibra S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de agosto de 2018.

Valores correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, sem modificação, datado de 28 de agosto de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota 3 – “Principais Práticas Contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração da Instituição, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais de Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

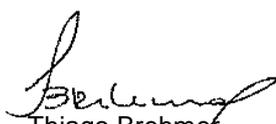
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018.



Thiago Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Balço Patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Fibra Prudencial	
	2018	2017
CIRCULANTE	2.974.251	3.779.877
Disponibilidades (Nota 4)	79.585	70.171
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	181.754	801.003
Aplicações no Mercado Aberto	170.263	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.491	1.004
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		
Financeiros Derivativos (Notas 3e, 3f e 6)	330.700	118.889
Carteira Própria	47.247	87.230
Instrumentos Financeiros Derivativos	283.453	25.619
Vinculados a Prestação de Garantias	-	6.040
Relações Interfinanceiras	7.047	274
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.889	129
Correspondentes	158	145
Operações de Crédito (Notas 3g, 8 e 9)	1.568.244	1.861.326
Setor Público	40.343	-
Setor Privado	1.676.848	1.977.227
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3h e 9b)	(148.947)	(115.901)
Outros Créditos	633.312	850.961
Créditos por Avais e Fianças Honrados	9.803	8.822
Carteira de Câmbio (Nota 16)	73.541	189.610
Rendas a Receber	8.083	7.768
Negociação e Intermediação de Valores	17.142	10.164
Diversos (Nota 17a)	544.500	658.386
Créditos Tributários (Nota 18b)	60.417	68.448
Diversos	484.083	589.938
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3h e 9b)	(19.757)	(23.789)
Outros Valores e Bens	173.609	77.253
Outros Valores e Bens	174.620	78.626
(-) Provisões para Desvalorizações	(4.456)	(4.733)
Despesas Antecipadas (Nota 17b)	3.445	3.360

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Balço Patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Fibra Prudencial	
	2018	2017
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.139.080	3.044.428
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		
Financeiros Derivativos (Notas 3e, 3f e 6)	1.106.002	984.624
Carteira Própria	568.966	69.839
Vinculados a Compromissos de Recompra	60.052	3.193
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.994	9.900
Vinculados ao Banco Central	-	5.063
Vinculados a Prestação de Garantias	460.990	896.629
Operações de Crédito (Notas 3g, 8 e 9)	456.788	494.888
Setor Público	56.549	52.604
Setor Privado	435.134	466.543
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3h e 9b)	(34.895)	(24.259)
Outros Créditos	1.558.813	1.548.235
Rendas a Receber	855	1.010
Diversos (Nota 17a)	1.562.411	1.551.908
Créditos Tributários (Nota 18b)	999.575	1.023.161
Diversos	562.836	528.747
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3h e 9b)	(4.453)	(4.683)
Outros Valores e Bens	17.477	16.681
Despesas Antecipadas (Nota 17b)	17.477	16.681
PERMANENTE	17.984	22.646
Investimentos	11.650	11.031
Participações em Controladas - No País (Nota 10a)	9.789	9.170
Outros Investimentos	1.861	1.861
Imobilizado de Uso	1.404	2.027
Outras Imobilizações de Uso	12.367	12.282
(-) Depreciação Acumulada	(10.963)	(10.255)
Intangível (Nota 10b)	4.930	9.588
Aquisição e Desenvolvimento de Software	17.182	17.182
(-) Amortização sobre Aquisição e Desenvolvimento de Software	(12.887)	(11.168)
Outros Ativos Intangíveis	41.121	40.918
(-) Amortização Outros Intangíveis	(40.486)	(37.344)
	6.131.315	6.846.951

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Balço Patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

PASSIVO	Fibra Prudencial	
	2018	2017
CIRCULANTE	2.568.236	2.837.443
Depósitos (Nota 12)	1.590.482	1.496.903
Depósitos à Vista	87.982	39.146
Depósitos Interfinanceiros	7.068	12.716
Depósitos a Prazo	1.495.432	1.445.041
Captações no Mercado Aberto (Nota 13)	59.426	122.960
Carteira Própria	59.426	3.162
Carteira de Terceiros	-	119.798
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14)	505.529	766.866
Recursos de Letras Imobiliárias	251.112	288.685
Recursos de Letras do Agronegócio	254.246	323.083
Letras Financeiras	171	155.098
Relações Interfinanceiras	354	594
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	337	-
Relações com Correspondentes	17	594
Relações Interdependências	10.009	8.933
Recursos em Trânsito de Terceiros	7.868	7.868
Transferências Internas de Recursos	2.141	1.065
Obrigações por Empréstimos (Nota 15)	-	4.987
Empréstimos no Exterior	-	4.987
Obrigações por Repasses no País Instituições Oficiais (Nota 15)	139.245	212.564
Repasses do BNDES/FINAME	-	39
Outras Instituições	139.245	212.525
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 3f e 6)	145.438	19.550
Instrumentos Financeiros Derivativos	145.438	19.550
Outras Obrigações	117.753	204.086
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.015	1.086
Carteira de Câmbio (Nota 16)	19.904	113.765
Fiscais e Previdenciárias	3.154	2.857
Negociação e Intermediação de Valores	850	48
Dívidas Subordinadas (Nota 20)	2.883	-
Diversas (Nota 17c)	89.947	86.330

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Balço Patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

PASSIVO	Fibra Prudencial	
	2018	2017
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.572.559	2.986.844
Depósitos (Nota 12)	2.025.889	2.188.655
Depósitos a Prazo	2.025.889	2.188.655
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14)	27.945	241.049
Recursos de Letras Imobiliárias	23.392	181.169
Recursos de Letras do Agronegócio	4.020	59.722
Letras Financeiras	533	158
Obrigações por Repasses no País Instituições Oficiais (Nota 15)	3.905	26.461
Repasses do BNDES/FINAME	-	32
Outras Instituições	3.905	26.429
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 3f e 6)	28.006	83.006
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.006	83.006
Outras Obrigações	486.814	447.673
Fiscais e Previdenciárias	12.961	30.341
Dívidas Subordinadas (Nota 20)	88.683	-
Diversas (Nota 17c)	385.170	417.332
Resultados de Exercícios Futuros	9.548	8.783
Resultados de Exercícios Futuros	9.548	8.783
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)	980.972	1.013.881
Capital Social	2.124.888	2.119.888
De Domiciliados no País	2.124.888	2.119.888
Aumento de Capital	-	5.000
De Domiciliados no País	-	5.000
Reservas de Capital	5.287	5.287
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.019	(4.257)
Prejuízos acumulados	(1.151.222)	(1.112.037)
	6.131.315	6.846.951

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Demonstração dos Resultados em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira	397.756	399.542
Operações de Crédito	227.995	272.034
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	148.665	119.015
Resultado de Operações de Câmbio	21.096	8.493
Despesas da Intermediação Financeira	(393.605)	(337.796)
Operações de Captação de Mercado	(198.311)	(284.777)
Operações de Empréstimos e Repasses	(103.568)	(43.928)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(36.309)	36.398
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9b)	(55.417)	(45.489)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	4.151	61.746
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(29.626)	(68.518)
Receitas de Prestação de Serviços	16.734	15.296
Receitas de Tarifas Bancárias	1.534	869
Resultado de Participações em Controladas (Nota 10a)	259	2.170
Despesas de Pessoal	(37.358)	(49.017)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17d)	(24.220)	(24.947)
Despesas Tributárias	(4.148)	(5.448)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17e)	30.027	32.684
Outras Despesas Operacionais (Nota 17f)	(12.454)	(40.125)
Resultado Operacional	(25.475)	(6.772)
Resultado não Operacional (Nota 17g)	347	1.055
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(25.128)	(5.717)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18a)	9.640	741
Provisão para Imposto de Renda	(4)	(6)
Provisão para Contribuição Social	(2)	(5)
Ativo Fiscal Diferido	9.646	752
Prejuízo do Semestre	(15.488)	(4.976)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.119.888	-	4.325	(5.254)	(1.107.061)	1.011.898
Ajustes das Circulares BACEN nºs 3.068/01 e 3.082/02	-	-	-	997	-	997
Aumento de Capital (Nota 21a)	-	5.000	-	-	-	5.000
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	962	-	-	962
Prejuízo no Semestre	-	-	-	-	(4.976)	(4.976)
Saldos em 30 de junho de 2017	2.119.888	5.000	5.287	(4.257)	(1.112.037)	1.013.881
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.124.888	-	5.287	(2.961)	(1.135.734)	991.480
Ajustes das Circulares BACEN nºs 3.068/01 e 3.082/02	-	-	-	4.980	-	4.980
Prejuízo no Semestre	-	-	-	-	(15.488)	(15.488)
Saldos em 30 de junho de 2018	2.124.888	-	5.287	2.019	(1.151.222)	980.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Demonstrações de Fluxos de Caixas em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	33.442	44.970
Prejuízo do Semestre	(15.488)	(4.976)
Ajustes ao Resultado:	48.930	49.946
Constituição para Perdas com Bens não de Uso Próprio	1.293	1.707
Depreciação e Amortização	2.125	4.710
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(259)	(2.170)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.417	45.489
Tributos Diferidos	(9.646)	(752)
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	962
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	132.272	521.248
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(9.534)	(1)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(52.005)	87.869
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências - (Ativos/Passivos)	(3.308)	(9.583)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	174.755	343.041
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	273.788	49.606
(Redução) Aumento em Depósitos	174.917	152.458
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	56.347	49.302
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(283.662)	(112.419)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(290.193)	(123.803)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	93.002	84.812
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	(1.835)	(34)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO)	165.714	566.218
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO)	(91)	(596)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	-	117
(Aquisição) Alienação de Investimento	5	(598)
(Aquisição) Alienação de Intangível	(96)	(115)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO)	-	5.000
Aumento (Redução) de Capital	-	5.000
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	165.623	570.622
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	84.225	299.548
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	249.848	870.170
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	165.623	570.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) atua como Banco Múltiplo, operando através das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A instituição tem como política proteger o patrimônio líquido dos efeitos totais das variações cambiais de seu investimento na agência em Grand Cayman (full-branch). Para tanto, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante suficiente para anular os impactos diretos e indiretos no resultado do período.

Dada a estratégia de descontinuar as operações de Varejo, o Banco decidiu buscar a máxima eficiência desta carteira "legado" através de uma administração ativa de seus saldos, os quais reduziram substancialmente, se comparados com junho e dezembro de 2017.

As carteiras remanescentes de financiamentos de veículos, crédito consignado, CDC Massificado e CDC Estruturado continuarão sendo administradas pelo Banco, que dará total suporte aos seus clientes.

Estas ações tiveram como principais objetivos: (i) concentrar os negócios do Banco Fibra no segmento Atacado, onde acumula forte expertise de mercado; (ii) simplificar a estrutura acionária do Banco Fibra e reduzir os custos de administração da instituição; (iii) concluir a captura de sinergias entre as plataformas de Atacado e Varejo, potencializando ganhos derivados da melhora de eficiência nas rotinas operacionais do Banco Fibra e; (iv) reduzir a exposição de crédito do Banco Fibra a um segmento cuja inadimplência sistêmica, afetada pelo maior endividamento das famílias e outros fatores macroeconômicos, vêm apresentando índices superiores a sua média histórica.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado do Banco Fibra S.A. e Controladas (Consolidado Prudencial) foram elaboradas e estão apresentadas em cumprimento a Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14, do Bacen e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Foram aplicadas as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizadas os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual Básica - Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- l) CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais Práticas Contábeis**a. Práticas de Consolidação**

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do BACEN, as demonstrações financeiras do Fibra Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

Denominação Social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	Processamento de cartões e/ou de meios de pagamento	99,999%
Controladas não Consolidadas ⁽¹⁾		
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%

(1) De acordo com a normatização do Consolidado Prudencial, controladas do ramo não financeiro não são consolidadas

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base “pro-rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins **(Notas 4 e 5)**.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base “pro-rata” dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços **(Nota 5)**.

e. Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do Bacen. São classificados nas categorias **(Nota 6a)**:

• **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos Disponíveis para Venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

• **Títulos Mantidos até o Vencimento** – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

f. Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como “hedge” (proteção) ou “não-hedge”. Os instrumentos destinados a “hedge” são classificados como: “hedge de risco de mercado” ou “hedge de fluxo de caixa”. Os critérios para registro são os seguintes: para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a “hedge”, bem como para aqueles classificados como “hedge de risco de mercado”, os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como “hedge de fluxo de caixa”, a parcela efetiva do “hedge” deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.150/02 do Bacen, este tratamento também é dispensado aos instrumentos derivativos negociados em associação a operações de captação ou aplicação de recursos, podendo ser desconsiderada a sua avaliação a mercado, nas condições especificadas na norma **(Nota 6)**.

g. Operações de Crédito ou Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Fianças Prestadas

• **Operações de Crédito e Outros Créditos** - As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

• **Fianças Prestadas** - A resolução do CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram novos procedimentos contábeis, determinando a constituição de provisão para perdas associadas às garantias prestadas. As perdas associadas a essas garantias partem de modelos quantitativos e qualitativos relacionadas ao cliente, guardando forte relação às perdas prováveis para créditos, porém com estudos históricos que amparam a característica peculiar desse produto. A provisão tem se mostrado suficiente para cobrir perdas prováveis durante a vigência da garantia e são reavaliadas periodicamente.

h. Provisões de Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos mesmos. O CMN estabeleceu, por meio da resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos de setores ou de carteiras **(Nota 9a e 9b)**.

i. Bens não Destinados a Uso

Os bens recebidos em dação de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização.

j. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB e são controladas por contrato. As comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos **(Nota 17b)**.

k. Investimentos

As participações em controladas nas demonstrações individuais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os saldos contábeis das entidades sediadas no exterior foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data de encerramento do período. Para fins de cálculo de equivalência e de consolidação, esses saldos foram ajustados, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen **(Notas 10a e 11)**.

l. Imobilizado e Intangível

i. **Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecidas as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20%; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10%;

ii. **Intangível:** Corresponde aos gastos amortizados de forma linear à taxa 20% a.a no decorrer do período estimado de benefício econômico, e ágio na aquisição de investimentos, fundamentados na expectativa de realização de resultados futuros, amortizados à taxa de 10% ao ano **(Nota 10b)**.

Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos – Resolução nº 3.566/08:

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2018.

m. Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

A lei nº 13.169/15 (conversão da MP 675/15) majorou em 5% a alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, performamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado, conforme legislação vigente. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 18a.

o. Contingências e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2018, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (**Nota 19**).

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Provisões para riscos:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- **Passivos contingentes:** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

- **Obrigações legais:** fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

- **Depósitos judiciais:** São mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

p. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

q. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências e valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. Disponibilidades

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
Disponibilidades	79.585	70.171
Moeda Nacional	838	139
Moeda Estrangeira	78.747	70.032

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
Aplicações no Mercado Aberto	170.263	799.999
Posição Bancada	170.263	680.201
Letras do Tesouro Nacional - LTN	170.263	680.201
Posição Financiada	-	119.798
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	119.798
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.491	1.004
Total	181.754	801.003

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Classificação da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, conforme a estratégia de negócios:

	Fibra Prudencial									
	2018					2017				
	Abertura por Vencimento									
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil/ Mercado	Valor na Curva	Valor Contábil/ Mercado	Valor na Curva
Títulos Públicos	-	1.902	-	294.538	638.474	99.522	1.034.436	1.036.004	985.169	984.000
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	294.538	638.474	11.481	944.493	946.061	985.169	984.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	117.030	638.474	11.481	766.985	766.224	853.105	852.190
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	177.508	-	-	177.508	179.837	132.064	131.810
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	1.902	-	-	-	88.041	89.943	89.943	-	-
Euronotes e "Commercial Paper"	-	1.902	-	-	-	88.041	89.943	89.943	-	-
Títulos Privados	-	39.426	5.919	35.163	-	-	80.508	80.512	82.816	82.398
Títulos Disponíveis para Venda	-	39.426	5.919	35.163	-	-	80.508	80.512	82.816	82.398
Certificado de Produto Rural - CPR ⁽¹⁾	-	15.250	5.919	-	-	-	21.169	21.169	18.724	18.723
Certificado de Receb.Imobiliários - CRI ⁽²⁾	-	24.176	-	-	-	-	24.176	24.176	28.389	27.981
Debêntures	-	-	-	35.163	-	-	35.163	35.167	35.703	35.694
Cotas de Fundos de Investimentos	22.311	-	-	-	-	-	22.311	22.311	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	184.427	99.026	15.994	-	-	299.447	261.952	35.519	38.755
Diferenciais a Receber de "Swap"	-	46	265	1.159	-	-	1.470	1.528	1.227	556
Opções e "Non Deliverable Forward"- NDF	-	184.381	98.761	14.835	-	-	297.977	260.424	34.292	38.199
Total da Carteira Ativa	22.311	225.755	104.945	345.695	638.474	99.522	1.436.702	1.400.779	1.103.513	1.105.162
Curto Prazo							330.700	292.997	118.889	114.154
Longo Prazo							1.106.002	1.107.782	984.624	991.008

⁽¹⁾ O provisionamento sobre o saldo do Certificado de Produto Rural - CPR está registrado na rubrica "Outros Créditos - Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa" no valor de R\$ 399 (R\$ 418 em 2017).

⁽²⁾ A partir do 2º semestre de 2017, o Certificado de Recebimento Imobiliário - CRI passou a ser provisionado e registrado na rubrica "Outros Créditos - Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa" no valor de R\$ 2.417 (2.737 em 2017).

Para as categorias "Títulos Disponíveis para Venda", "Títulos Mantidos até o Vencimento" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios básicos:

Títulos Públicos e Títulos Privados: Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado;

Swap e "Non Deliverable Forward" - NDF: Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração.

Em 30 de junho de 2018, o Banco não apresentava títulos classificados como "Negociação".

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados como "disponível para venda" contabilizados no patrimônio líquido, correspondiam a um débito no montante de R\$ 944 (crédito de R\$ 952 em 2017), líquidos dos efeitos tributários.

b. Instrumentos Financeiros Derivativos por indexador

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

Posição Ativa	Fibra Prudencial							
	2018				2017			
	Valor de Referência	Ativo	Passivo	Diferencial a Receber	Valor de Referência	Ativo	Passivo	Diferencial a Receber
CDI X PRE	14.700	14.797	14.750	47	-	-	-	-
CDI X DOLAR	24.237	24.570	24.305	265	82.325	89.054	88.433	621
DOLAR X CDI	7.000	8.864	7.704	1.160	10.000	10.917	10.393	524
DOLAR X DOLAR	-	-	-	-	14.550	14.765	14.684	81
DOLAR X PRE	2.499.698	2.763.195	2.511.865	251.330	1.077.822	968.295	947.591	20.704
PRE X DOLAR	568.378	494.604	484.721	9.883	466.089	258.169	250.413	7.756
Outros Indexadores	346.649	36.762	-	36.762	285.858	5.833	-	5.833
Valor Total	3.460.662	3.342.792	3.043.345	299.447	1.936.644	1.347.033	1.311.514	35.519

Valores a receber calculados pela curva das operações

261.954

38.755

Posição Passiva	Fibra Prudencial							
	2018				2017			
	Valor de Referência	Ativo	Passivo	Diferencial a Pagar	Valor de Referência	Ativo	Passivo	Diferencial a Pagar
CDI X DOLAR	241.257	248.739	274.298	(25.559)	137.137	144.172	147.250	(3.078)
CDI X PRE	-	-	-	-	10.000	11.367	11.384	(17)
DOLAR X PRE	69.145	69.408	70.313	(905)	600.042	724.546	749.244	(24.698)
PRE X DOLAR	3.827.139	3.710.279	3.818.998	(108.719)	243.134	461.454	466.755	(5.301)
PRE X EURO	7.720	7.806	8.287	(481)	2.880	2.920	3.126	(206)
Outros Indexadores ⁽¹⁾	707.930	-	37.780	(37.780)	218.005	-	69.256	(69.256)
Valor Total	4.853.191	4.036.232	4.209.676	(173.444)	1.211.198	1.344.459	1.447.015	(102.556)

Valores a pagar calculados pela curva das operações

(142.589)

(104.814)

⁽¹⁾ Inclui a marcação do objeto de hedge.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os ganhos e perdas incorridos no período referente a Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram um efeito líquido no resultado do Fibra Prudencial de (R\$ 36.309) (R\$ 36.398 Fibra Prudencial em 2017).

Em 30 de junho de 2018 os valores nominais "notional" globais dos contratos de "Swap", "NDF" e Opções, registrados na B3, montam R\$ 8.317.588, sendo R\$ 3.735 "Swap" de liquidação diária (R\$ 3.155.779 em 2017, sendo R\$ 7.937 "Swap" de Liquidação Diária).

Em 30 de junho de 2018, as margens depositadas em garantia dos instrumentos financeiros derivativos montam R\$ 224.010 (R\$ 410.932 em 2017).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos - contratos de futuros

	Fibra Prudencial			
	2018		2017	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Commodities	260.552	135.990	156.717	129.057
DDI	480.061	2.135.153	49.498	1.054.537
DI	2.767.255	416.893	2.261.108	-
DOLAR	2.243.279	-	2.559	565.439
EURO	87	514	-	-
IPCA	207.111	-	43.275	-
Total de Valor de Referência	5.958.345	2.688.550	2.513.157	1.749.033

d. Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

Em 30 de junho de 2018 existiam estruturas de "hedge" de fluxo de caixa por meio de contratos de futuros de DDI, DI e DAP (Instrumentos), cujo valor de mercado é de R\$ 1.416.371 (R\$ 1.517.189 em 2017).

O valor de mercado das operações de Captação e Operação de Crédito classificadas como objeto de "hedge de fluxo de caixa" totalizam R\$ 2.141.811 (R\$ 1.507.997 em 2017), sendo R\$ 2.077.244 de Captações (R\$ 1.507.997 em 2017) e R\$ 64.567 de Operações de Crédito (R\$ 0,00 em 2017).

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como "hedge" de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo a um crédito no montante de R\$ 2.962 (débito de R\$ 5.209 em 2017), líquidos dos efeitos tributários.

O "hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de "hegde" num intervalo entre 80% a 125%, de acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen.

A efetividade das estruturas dos "hedges" de fluxo de caixa e de risco de mercado é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em Comitê de Riscos Globais. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2018 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo Bacen.

As operações não representam exposição global do Banco Fibra aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

	Fibra Prudencial						
	2018			2017			
	Instrumentos de Hedge	Prazo Médio	Captações	Operação de Crédito ⁽¹⁾	Instrumentos de Hedge	Prazo Médio	Captações
Fluxo de Caixa	1.416.371	-	2.077.244	64.567	1.517.189	-	1.507.997
DDI	(192.733)	42	-	64.567	280.012	154	265.742
DI	1.402.474	1.002	1.889.417	-	1.193.901	883	1.201.832
DAP	206.630	1.377	187.827	-	43.276	1.307	40.423

⁽¹⁾ A partir do 2º semestre de 2017.

7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital

Atendendo às requisições da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas.

Com a evolução dos mercados e dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco Fibra, a Instituição tem buscado continuamente a excelência na gestão e no controle de riscos, sempre em linha com as melhores práticas adotadas.

O Conselho de Administração do Banco Fibra tem papel fundamental na estrutura da gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, ressaltando, assim a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Operações, Controles Internos e Segurança da Informação que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Socioambiental. A integração dos riscos é observada no Comitê de Riscos Globais, no qual são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão de riscos convergente e alinhada, permitindo compartilhamento de informações e o reforço das políticas de gestão direcionadas à proteção do capital da Instituição.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, assim como a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos a que a Instituição está sujeita e também um planejamento de metas de necessidade de capital tendo em vista os objetivos estratégicos da Instituição.

O Banco Fibra produz anualmente seu Plano de Capital. Este Plano considera o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, produtos e serviços oferecidos bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira e abrange o horizonte de três anos através da projeção de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da instituição no cumprimento de seu plano estratégico. Esta análise contempla os principais riscos aos quais a instituição está exposta, bem como, simulação de eventos severos que possam afetá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao Comitê de Riscos Globais e ao Conselho de Administração.

a. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da Instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricas dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

Classificação do Risco de Crédito – Rating

Entende-se por Rating, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do rating do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições atuais de pagamento de cada tomador e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o rating de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b) Riscos de Mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O foco do Banco Fibra é a geração recorrente de resultados oriundos da área Comercial, a partir da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a Tesouraria colabora fomentando a área Comercial com os recursos financeiros (funding) necessários, administrando o risco de suas posições e atuando, conservadoramente, nas operações de suas posições proprietárias.

A classificação dos produtos entre a carteira Trading e Banking é adequada de acordo com a característica de cada produto ou ativo financeiro, baseada na definição exposta na Carta Circular BACEN nº 3.354/07, do Banco Central do Brasil.

• Carteira Trading: carteira de negociação é formada por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidos com intenção de negociação ou destinados a hedge, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Normalmente, trata-se de ativos financeiros que serão negociados com intenção de revenda ou obtenção de benefício do movimento efetivo de preço.

• Carteira Banking: por definição a carteira banking (ou "não-negociação") detém todas as operações que não são trading. Ou seja, é formada por instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, por exemplo, ativos, passivos ou derivativos estruturais que fazem parte da atividade fim do Banco de conceder crédito à empresas e oferecer soluções financeiras aos clientes.

O monitoramento de risco da carteira Banking é realizado diariamente por meio do uso de diversos mecanismos de análise, entre eles VaR (Value at Risk), cenários de stress, EVE (Economic Value of Equity), concentração por vértice (CPV) e métricas de resultado como o MAT (Management Action Trigger) e o Stop Loss.

c) Riscos de Liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o desequilíbrio entre os ativos e passivos da instituição em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da instituição.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da instituição dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da instituição quanto fatores externos.

O monitoramento de risco de liquidez possui como ferramentas, o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o Controle de esgotamento do caixa, Aplicação de cenários de stress nas condições de liquidez do banco. Além disso, é realizado um acompanhamento específico para as operações de derivativos, onde são observadas diariamente as condições de liquidez dos contratos em carteira.

d) Risco Socioambiental

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes do Banco Fibra e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Ao final da avaliação, a área de Compliance estabelece um Rating Socioambiental para cada cliente. O Rating Socioambiental demonstra a percepção de risco dos clientes do Banco Fibra.

e) Risco Operacional

O Banco Fibra define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem, e os riscos estratégicos ou de negócios.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

8. Operações de Crédito e Outros Créditos

a. Composição das Operações

	Fibra Prudencial			
	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Carteira de Crédito	2.505.571	70,38%	3.066.017	77,73%
Capital de Giro e Conta Garantida	2.046.874	57,50%	2.348.953	59,55%
Carteira de Varejo - CDC / CP	-	0,00%	9	0,00%
Carteira de Varejo - Crédito Consignado	3.670	0,10%	7.453	0,19%
Carteira de Veículos	29	0,00%	2.655	0,07%
Repasses - Resolução nº 3.844/10	301.820	8,48%	458.946	11,63%
Financiamentos em Moeda Estrangeira (Importação/Exportação)	-	0,00%	4.987	0,13%
Vendor e Compror	5.019	0,14%	10.020	0,25%
Comercialização - Agricultura	148.159	4,16%	232.994	5,91%
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC/ACE ⁽¹⁾	46.004	1,29%	80.616	2,04%
Outros Créditos	190.859	5,37%	25.809	0,66%
Total da Carteira - Créditos Concedidos	2.742.434	77,04%	3.172.442	80,43%
Fianças e Garantias Prestadas	817.479	22,96%	772.136	19,57%
Total da Carteira (Incluído créditos, fianças e garantias)	3.559.913	100,00%	3.944.578	100,00%

⁽¹⁾ As operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio - ACC/ACE estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio", acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de Câmbio" (Nota 16).

b. Composição por Setor de Atividade

	Fibra Prudencial			
	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	1.532.935	43,07%	1.314.979	33,34%
Comércio	798.894	22,44%	1.027.072	26,04%
Serviços	434.297	12,20%	571.927	14,50%
Rurais	145.405	4,08%	139.389	3,53%
Habitação	160.266	4,50%	200.407	5,08%
Setor Público	96.892	2,72%	52.604	1,33%
Intermediários Financeiros	128.999	3,62%	157.930	4,00%
Pessoas Físicas	262.225	7,37%	480.270	12,18%
Total da Carteira	3.559.913	100,00%	3.944.578	100,00%

c. Concentração dos Principais Devedores

	I - Operações com mercado interbancário				II - Sem operações com mercado interbancário			
	2018		2017		2018		2017	
	R\$	% s/ Carteira	R\$	% s/ Carteira	R\$	% s/ Carteira	R\$	% s/ Carteira
Principal Devedor	133.090	3,74%	119.301	3,02%	133.090	4,22%	119.301	3,51%
2º ao 10º Maiores Devedores	639.065	17,95%	549.760	13,94%	623.998	19,77%	513.589	15,11%
11º ao 20º Maiores Devedores	786.229	22,09%	741.665	18,80%	664.293	21,04%	659.713	19,41%
21º ao 50º Maiores Devedores	853.146	23,97%	927.522	23,51%	756.651	23,97%	819.473	24,11%
51º ao 100º Maiores Devedores	673.727	18,93%	984.762	24,96%	590.430	18,70%	852.419	25,08%
Demais Devedores	474.656	13,32%	621.568	15,77%	388.542	12,30%	434.387	12,78%
Total da Carteira	3.559.913	100,00%	3.944.578	100,00%	3.157.004	100,00%	3.398.882	100,00%

	Fibra Prudencial			
	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Vencidas	177.965	5,00%	244.562	6,20%
Vencer até 30 dias	487.961	13,71%	692.044	17,55%
Vencer de 31 a 60 dias	342.010	9,61%	489.910	12,42%
Vencer de 61 a 90 dias	479.235	13,46%	534.888	13,56%
Vencer de 91 a 180 dias	795.086	22,33%	818.969	20,76%
Vencer de 181 a 360 dias	718.582	20,19%	633.536	16,06%
Vencer acima de 360 dias	559.074	15,70%	530.669	13,45%
Total da Carteira	3.559.913	100,00%	3.944.578	100,00%

9. Classificação dos Créditos por Níveis de Risco e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a. Carteira de Crédito, de acordo com os Níveis de Risco:

Níveis de Risco	% Mínimo	Fibra Prudencial						
		2018		2017		Total das Operações	Total das Provisões	
		Em Curso Normal		Em Curso Anormal				
		Em R\$	Provisões	Vencidas	Vincendas	Provisões		
AA	0,0%	566.033	712	-	-	-	566.033	712
A	0,5%	692.598	4.022	-	-	-	692.598	4.022
B	1,0%	968.241	10.524	7	6.243	63	974.491	10.587
C	3,0%	70.368	2.111	6.205	9.622	475	86.195	2.586
D	10,0%	47.908	4.791	25.276	69.878	9.515	143.062	14.306
E	30,0%	8.795	2.639	44.513	15.068	18.765	68.376	21.404
F	50,0%	66.262	42.643	38.406	22.069	34.790	126.737	77.433
G	70,0%	11.429	8.000	36.726	166	29.565	48.321	37.565
H	100,0%	5.765	5.765	26.832	4.024	30.856	36.621	36.621
Subtotal		2.437.399	81.207	177.965	127.070	124.029	2.742.434	205.236
Fianças		817.479	1.648	-	-	-	817.479	1.648
Total da Carteira		3.254.878	82.855	177.965	127.070	124.029	3.559.913	206.884
% da Carteira		91,43%		5,00%	3,57%		100%	
Total em 2017		3.395.780	65.467	244.562	304.236	104.367	3.944.578	169.834
% da Carteira		86,09%		6,20%	7,71%		100%	

b. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Fibra Prudencial	
	2018 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Saldo Inicial	231.767	170.357
Baixas contra provisão	(77.484)	(46.012)
Provisão constituída no período	55.417	45.489
Saldo Final	209.700	169.834

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2018, os saldos das provisões para operações de crédito, outros créditos, títulos privados vencidos "CRI e CRA", avais e fianças são compostos da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 183.843 (R\$ 140.160 em 2017), provisão para outros créditos no montante de R\$ 24.209 (R\$ 28.472 em 2017), sendo R\$ 21.393 para outros créditos e R\$ 2.816 para títulos privados. Provisão para avais e fianças no montante de R\$ 1.648 (R\$ 1.202 em 2017).

O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 154.968 (R\$ 320.586 em 2017).

O total de recuperação de créditos anteriormente baixados foi de R\$ 11.832 (R\$ 16.313 em 2017).

A provisão para cobrir perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados dentro de cada faixa de risco podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração.

c. Cessão de Créditos

Não houve cessões da carteira de crédito durante o semestre de 2018 e 2017.

d. Operações Ativas Vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921/17 do CMN.

Operações Vinculadas Ativas	Fibra Prudencial			
	2018	Resultado no Semestre	2017	Resultado no Semestre
	Operação de Crédito	26.516	1.192	54.231
Recursos Captados - CDB	26.515	(1.293)	54.225	(5.153)
CDB Vinculado	26.515	(1.293)	54.225	(5.153)
Resultado Líquido das Operações Vinculadas		(101)		(108)

Em 30 de junho de 2017 e 2018 as operações encontravam-se adimplentes.

10. Investimentos

a. Participações em Controladas

Empresas	Fibra Prudencial				
	2018				
	% Participação	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro no Semestre	Valor Contábil do Investimento	Resultado Equivalência
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	9.789	259	9.789	259
Total		9.789	259	9.789	259
Empresas	Fibra Prudencial				
	2017				
	% Participação	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro no Semestre	Valor Contábil do Investimento	Resultado Equivalência
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	9.170	2.170	9.170	2.170
Total		9.170	2.170	9.170	2.170

b. Ativos Intangíveis

Movimentação do Intangível no período:

Outros Intangíveis ⁽¹⁾
Software Validata
Total

Fibra Prudencial			
Saldo Residual em 31/12/2017	Aquisições	Despesa de Amortização	Saldo Residual em 30/06/2018
1.512	78	(955)	635
5.155	-	(860)	4.295
6.667	78	(1.815)	4.930

Outros Intangíveis ⁽¹⁾
Software Validata
Total

Fibra Prudencial			
Saldo Residual em 31/12/2016	Aquisições	Despesa de Amortização	Saldo Residual em 30/06/2017
6.872	115	(3.413)	3.574
6.873	-	(859)	6.014
13.745	115	(4.272)	9.588

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas (**Nota 3I**).

c) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - CPC 01

No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, não ocorreram baixas por impairment.

11. Dependência no Exterior

Em atendimento a Resolução nº 4.524/16 do Bacen, foi definido que a moeda funcional da dependência no exterior é Reais (R\$). O montante relativo a variações cambiais reconhecido no período foi de R\$ 2.378 (R\$ 653 em 2017).

O montante apresentado encontra-se incluído nos saldos do Banco Fibra S.A. individual e estão sumarizadas a seguir:

Ativo
Disponibilidades
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Operações de Crédito
Outros Créditos
Outros Valores e Bens
Total Ativo

Partes Relacionadas	2018		2017
	Terceiros	Total	Total
-	10.570	10.570	2.556
-	89.943	89.943	-
703.571	6.170	709.741	701.605
-	152.502	152.502	-
-	212	212	191
703.571	259.397	962.968	704.352

Passivo
Depósitos à Vista
Depósitos a Prazo
Instrumentos Financeiros Derivativos
Outras Obrigações
Patrimônio Líquido
Total Passivo

-	2.382	2.382	942
768.852	13.237	782.089	616.290
-	-	-	72
-	96.964	96.964	-
57.837	23.696	81.533	87.048
826.689	136.279	962.968	704.352

O resultado apurado pela agência de Cayman, no semestre de 2018, foi de R\$ 23.696 (R\$ 19.256 em 2017). O efeito da variação cambial do Patrimônio Líquido da agência, registrada em "Outras Receitas/Despesas Operacionais" no Banco Fibra, foi de R\$ 16.472 (R\$ 1.007 em 2017).

12. Depósitos**Prazos de Vencimento**

Sem vencimento
Até 30 dias
de 31 a 60 dias
de 61 a 90 dias
de 91 a 120 dias
de 121 a 180 dias
de 181 a 360 dias
Acima de 360 dias
Total em 30/06/2018
Total em 30/06/2017

Fibra Prudencial			
Depósitos à Vista e Outros Depósitos ⁽¹⁾	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a Prazo ⁽²⁾	Total
87.982	-	-	87.982
-	3.042	219.507	222.549
-	2.015	151.586	153.601
-	2.011	204.703	206.714
-	-	215.886	215.886
-	-	335.722	335.722
-	-	368.028	368.028
-	-	2.025.889	2.025.889
87.982	7.068	3.521.321	3.616.371
39.146	12.716	3.633.696	3.685.558

⁽¹⁾ Contém R\$ 2.382 (R\$ 942 em 2017) de Depósitos à vista captados via Agência de Cayman em ME.

⁽²⁾ Contém R\$ 13.237 (R\$ 199.455 em 2017) de Depósitos a prazo captados via Agência de Cayman em ME.

13. Captações no Mercado Aberto

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra, lastreadas em títulos públicos, próprios ou de terceiros no montante de R\$ 59.426 (R\$ 122.960 em 2017).

14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Refere-se à emissão de letras imobiliárias (LCI), agronegócios (LCA), financeiras (LF). Os recursos são captados indexados a CDI e taxa pré, para LCI as taxas variam de 84% a 102%, LCA que variam de 90% a 102% e LF 100% a 113% da rentabilidade da taxa.

Obrigações por emissão de Letras Financeiras, Imobiliárias e de Agronegócio:

	Fibra Prudencial							2017	
	2018								
	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCI ⁽¹⁾	22.795	43.049	13.785	26.760	270	144.453	23.392	274.504	469.854
LCA ⁽¹⁾	24.329	21.411	31.587	735	14.064	162.120	4.020	258.266	382.805
LF	-	-	-	-	-	171	533	704	155.256
Total	47.124	64.460	45.372	27.495	14.334	306.744	27.945	533.474	1.007.915

⁽¹⁾ As operações de LCI e LCA são lastreadas com operações ativas do Banco.

15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses do País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros pela "Libor" acrescidos de juros com taxas que variam entre 2,77% e 8,50% a.a., somam o montante de R\$ 0,00 (R\$ 4.987 em 2017).

Obrigações por repasses do país, representadas por recursos repassados pelo BNDES e Finame somam o montante de R\$ 0,00 (R\$ 71 em 2017) e Outras Instituições no montante de R\$ 143.150 (R\$ 238.954 em 2017) corrigidos, principalmente, pela TJLP acrescido de juros 10,0% a.a., ou juros pré-fixados de 3,7% a 6,7 % a.a.

	Fibra Prudencial							2017	
	2018								
	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Empréstimos no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	4.987
Bancos Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	4.987
Repasses no país	852	74.859	14.512	-	40.155	8.867	3.905	143.150	239.025
Repasses BNDES/Finame	-	-	-	-	-	-	-	-	71
Funcafé	852	74.859	14.512	-	40.155	8.867	3.905	143.150	238.954
Total	852	74.859	14.512	-	40.155	8.867	3.905	143.150	244.012

16. Carteira de Câmbio**Ativo**

Câmbio Comprado a Liquidar
Direitos sobre Vendas de Câmbio
(-) Adiantamentos em Moeda Nacional
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos

Fibra Prudencial	
2018	2017
60.847	123.512
8.842	62.130
(1.056)	(4.108)
4.908	8.076
73.541	189.610

Passivo

Câmbio Vendido a Liquidar
Obrigações por Compra de Câmbio
(-) Adiantamento sobre Contratos de Câmbio

8.852	62.183
52.148	124.122
(41.096)	(72.540)
19.904	113.765

17. Composição de Outras Contas**a. Outros Créditos - Diversos**

Créditos Tributários (**Nota 18b**)
Depósitos em Garantia ⁽¹⁾
Títulos e Créditos a Receber ⁽²⁾
Impostos a Compensar
Outros
Total

Fibra Prudencial	
2018	2017
1.059.992	1.091.609
506.070	461.947
471.907	586.632
56.429	62.298
12.513	7.808
2.106.911	2.210.294

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (**Nota 19c**).

⁽²⁾ Inclui R\$ 303.209 de Cessão de Crédito - Títulos Descontados (R\$ 569.645 em 2017).

b. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões de CDB e são controladas por contrato.

Fibra Prudencial	
2018	2017
18.930	17.715
87	456
100	276
1.805	1.594
20.922	20.041

c. Outras Obrigações - Diversas

Provisões para Pagamentos a Efetuar
Provisão para Fianças Prestadas ⁽¹⁾
Provisões para Passivos Contingentes
Outras
Total

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente ao PIS e COFINS.

Fibra Prudencial	
2018	2017
10.644	12.819
1.648	1.202
456.819	487.059
6.006	2.582
475.117	503.662

d. Outras Despesas Administrativas

Despesas de Serviços Técnicos Especializados
Despesas de Comunicação
Despesas de Serviços Sistema Financeiro
Despesas de Processamento de Dados
Despesas de Amortização
Despesas de Serviços Terceiros
Despesas de Alugueis
Despesas de Viagens
Despesas de Depreciação
Despesas de Transporte
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens
Impostos e Taxas
Outras Despesas Administrativas
Total

Fibra Prudencial	
2018	2017
7.943	5.986
1.369	1.744
2.714	1.837
4.272	4.816
1.832	4.365
550	780
1.497	1.722
494	539
293	345
197	216
585	201
361	680
2.113	1.716
24.220	24.947

e. Outras Receitas Operacionais

Atualização Monetária
Reversão Ações Indenizatórias Cíveis/Trabalhistas
Reversão de Provisões Fiscais
Variação Cambial
Outras
Total

Fibra Prudencial	
2018	2017
10.276	16.535
2.037	9.447
50	3.480
17.109	-
555	3.222
30.027	32.684

f. Outras Despesas Operacionais

Custas Processuais
Despesas de Atualização Monetária
Despesas de Contingências Cíveis
Despesas de Fiança
Despesas Indedutíveis
Variação Cambial
Outros
Total

Fibra Prudencial	
2018	2017
2.174	1.695
7.537	13.185
2.483	4.873
7	7
174	704
-	18.421
79	1.240
12.454	40.125

g. Resultado não Operacional

Totaliza R\$ 347 (R\$ 1.055 em 2017) e é representado, substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação ou na provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no Banco Fibra.

18. Tributos**a. Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**

I – Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Fibra Prudencial					
	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.134)	(25.134)	(25.134)	(5.717)	(5.717)	(5.717)
Encargos						
Imposto de Renda - 25% e Contribuição Social - 20%	6.282	5.025	11.307	1.430	1.143	2.573
Adições e Exclusões no Cálculo de Impostos	3.268	(4.935)	(1.667)	(25)	(1.807)	(1.832)
Participações em Controladas	5.989	4.793	10.782	5.356	4.288	9.644
Variação Cambial	4.118	3.294	7.412	252	201	453
Despesas não Dedutíveis - Permanentes	(964)	(733)	(1.697)	(1.077)	(860)	(1.937)
IRPJ e CSLL Diferido Exterior	(5.924)	(4.739)	(10.663)	(4.814)	(3.851)	(8.665)
Efeito do diferencial de alíquota de CSLL - 5%	-	(7.780)	(7.780)	-	(1.739)	(1.739)
Outros	25	216	241	258	154	412
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.550	90	9.640	1.405	(664)	741

b) Créditos Tributários

I - Em 30 de junho de 2018, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisado, no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

O estudo foi atualizado também para 30 de junho de 2018, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de agosto de 2018. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Banco Fibra S.A. e Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- (i) Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- (ii) Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- (iii) Crescimento das carteiras de crédito de atacado e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- (iv) Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- (v) Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- (vi) Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- (vii) Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- (viii) Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 15% para 20%, até 31 de dezembro de 2018;
- (ix) Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos quatro exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- (x) Contínua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	Fibra Prudencial			2018
	2017	Constituição	(Realização)	
Total de Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	754.737	29.493	(41.057)	743.173
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	506.339	24.416	(8.969)	521.786
Provisão para Contingências Trabalhistas	16.906	112	-	17.018
Provisão para Contingências - Outros	168.385	3.064	(4.981)	166.468
Ágio sobre Investimentos	19.633	-	(3.951)	15.682
Ajuste Marcação a Mercado	36.685	1.897	(22.549)	16.033
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso	2.297	-	(515)	1.782
Outras	4.492	4	(92)	4.404
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	310.999	5.820	-	316.819
Total de Créditos Tributários	1.065.736	35.313	(41.057)	1.059.992
Obrigações Diferidas	(21.035)	(8.965)	20.135	(9.865)
Créditos Tributários Líquidos	1.044.701	26.348	(20.922)	1.050.127

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Fibra Prudencial
2018	43.405
2019	62.097
2020	73.475
2021	301.436
2022	97.348
2023	87.614
2024	98.524
2025	110.463
2026	124.671
2027	60.959
Total	1.059.992
Valor Presente	673.626

19. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos Contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 30.451 (R\$ 35.143 em 2017), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014234-0 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

Ocorre que, por conta da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência parcial do Mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 30.451 em 2018.

b. Passivos de Natureza Trabalhista e Cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 18.948 (R\$ 19.914 em 2017) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 13.612 (R\$ 15.327 em 2017), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2018. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 30 de junho de 2018, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 42.607 (R\$ 41.242 em 2017).

c. Obrigações Legais - Provisões para Contingências

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao Processo de Alargamento da Base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95.

Banco Fibra S.A. e Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017***(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da Medida Cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Asset DTVM (Incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (Incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 6.530 (R\$ 6.229 em 2017). No que tange a COFINS, a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 392.019 (R\$ 374.274 em 2017), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96, após publicação de decisão oriunda do Tribunal Regional da 3º Região, datada de 02/03/2012.

Em agosto de 2017, o Banco Fibra optou pela adesão ao PERT na modalidade "pagamento de 20% à vista da dívida consolidada e o restante de 80% com prejuízo fiscal", apenas no tocante aos débitos de PIS do Banco Fibra e da Asset DTVM, no valor total de R\$ 47.120. Em relação a estes débitos, houve desistência das discussões judiciais correlatas.

Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 381.651 (R\$ 410.576 em 2016) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Outras Obrigações – Diversas".

d. Contingências Passivas com Risco de Perda Possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 358.996 (R\$ 290.375 em 2017), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano-calendário de 2007, no valor de R\$ 37.455; b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 25.547; c) Auto de infração sobre prejuízo na cessão de crédito e excesso de juros pagos a título de remuneração do capital próprio de 2009 e 2010, no valor de R\$ 30.511; d) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no Exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 9.343; e) Auto de infração Previdenciário, no valor de R\$ 79.107; f) Glosa de Amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 19.316; g) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de Créditos Recuperados e Glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 8.836; h) Glosa de Amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 13.821; e i) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de Créditos Recuperados e Glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 18.197.

e. Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes

	Fibra Prudencial			Saldo em 30/06/2018
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	(Realização)	
Processos Cíveis	32.976	556	(972)	32.560
Processos Trabalhistas	42.326	1.346	(1.065)	42.607
Total	75.302	1.902	(2.037)	75.167

f. Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/2011, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 30 de junho de 2018 é de R\$ 3.997 (R\$ 3.920 em 2017). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

20. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares). Em 29 de março de 2018, na forma de emissão suplementar à Dívida Subordinada Original, foram captados US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares). O instrumento de Dívida Subordinada integram o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.192/13 com aprovação em 24 de maio de 2018 pelo Banco Central do Brasil no total de US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares). As referidas dívidas foram emitidas com taxa de juros de 8,125% ao ano com pagamentos de juros semestrais em fevereiro e agosto de cada ano, cujo vencimento do principal será em 6 de fevereiro de 2028.

Data da Operação	Fibra Prudencial 2018		
	Remuneração	Saldo	Capital Nível II
06/02/2018	VC + 8,125%	91.566	88.683
Total		91.566	88.683

21. Patrimônio Líquido**a. Capital Social**

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2017), todas nominativas e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2017, foi deliberado aumento de capital no valor de R\$ 5.000 passando o capital social do Banco de R\$ 2.119.888 para R\$ 2.124.888 mediante a emissão de 31.496.063 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, homologado pelo Banco Central do Brasil em 03 de julho de 2017.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória.

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Banco Fibra S.A. e Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22. Transações com Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN. As operações de depósito a prazo são praticadas com taxas de mercado nas datas, utilizando percentual do CDI.

Controladas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos				
À Vista	(88)	(90)	-	-
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários.	(7)	(2)	-	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda. (Não consolidada)	(69)	(63)	-	-
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(12)	(25)	-	-
A Prazo	(8.397)	(6.759)	(254)	(376)
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários.	(767)	(63)	(24)	(3)
Fibra Corretora de Seguros Ltda. (Não consolidada)	(6.969)	(6.067)	(210)	(339)
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(661)	(629)	(20)	(34)
Coligadas do Grupo Controlador	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos à vista e a prazo	(50.707)	(41.075)	(817)	(6.585)
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	(18)	(57)	-	-
CFL Participações S.A.	(5.997)	(8.516)	(290)	(470)
CIPLA - Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(1)	(1.207)	(2)	(29)
Companhia Siderúrgica Nacional	(37)	(15)	-	(3.168)
Fazenda Santa Otilia Agropecuária Ltda.	(446)	(2.307)	(58)	(73)
Fibra Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(1)	-	-
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(9)	-	-	(38)
Fibra MZM Diadema Empreendimento Imobiliário Ltda.	(1)	(404)	(16)	(293)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	(1.279)	(3.508)	(16)	(139)
Green 2000 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(519)	-	(24)
Pajuçara Confeções S.A.	(73)	(585)	(4)	(31)
Partifib Projetos Imobiliários Alvaro Guimaraes Ltda.	(5)	(236)	-	(26)
Partifib Projetos Imobiliários Baluarte Ltda.	-	-	-	(12)
Partifib Projetos Imobiliários Coronel Quartim Ltda.	(1)	(5.043)	(2)	(344)
Partifib Projetos Imobiliários Fiorata Ltda.	-	-	-	(1)
Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda.	(1.802)	(1.564)	(93)	(346)
Partifib Projetos Imobiliários Guatemala Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Gustavo de Souza Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Jundiai Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Maracanau I Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda.	(3)	(3)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Santa Odila Ltda.	(151)	(224)	(5)	(9)
Partifib Projetos Imobiliários São Paulo Ltda.	(1)	(90)	-	(5)
Partifib Projetos Imobiliários Sitio Triunfo Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Summer Ltda.	-	-	-	(2)
Partifib Projetos Imobiliários Teodoreto Ltda.	(2.480)	-	(14)	-
Partifib Projetos Imobiliários The Gardens Seasons Ltda.	(1)	(1)	-	(62)
Partifib Projetos Imobiliários The Gardens Spring Ltda.	(7)	(66)	-	(17)
Partifib Projetos Imobiliários Vila Madalena Ltda.	(1)	(1)	-	(54)
Partifib Projetos Imobiliários Visconde de Taunay Ltda.	(1)	(1)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Volare Ltda.	(3)	(3)	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Win Ltda.	-	(40)	-	(2)
RB2 Projetos Imobiliários Ltda.	(3)	(3)	-	-
Rio Iaco Participações S.A.	(16)	(214)	-	(22)
Rio Il Park Empreendimentos Imobiliários S.A.	(2)	(3)	-	-
Rio Purus Participações S.A.	(83)	(1.298)	(14)	(60)
Taquari Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	(715)	(938)	(26)	(32)
Taquari Participações S.A.	(740)	(2.834)	(16)	(300)
Textília S.A.	(1.381)	(237)	(38)	(14)
Transnordestina Logística S.A.	(4)	(4)	-	-
Tutóia Empreendimento Imobiliário S.A.	(120)	(294)	(7)	(18)
Vicunha Aços S.A.	-	(10)	-	-
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	(8)	(8.998)	(28)	(449)
Vicunha Imóveis Ltda.	-	(1)	-	-
Vicunha Participações S.A.	-	(1.773)	-	(117)
Vicunha Serviços Ltda.	(1)	(1)	-	-
Vicunha Steel S.A.	(114)	(64)	(3)	(3)
Vicunha Têxtil S.A.	(35.198)	(7)	(185)	(425)
Controladores, Acionistas e pessoal chave da Administração				
Depósitos à vista e a prazo	(1.555)	(1.031)	(128)	(125)
Controladores e pessoal chave da Administração.	(1.295)	(730)	(31)	(38)
Elizabeth S.A. - Indústria Têxtil.	(260)	(301)	(97)	(87)

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 16º e CPC 33 - Benefícios a Empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções do CMN nº 3.921/10 e nº 4.424/15.

Administradores

Benefícios de curto prazo à empregados e administradores

Outros benefícios de longo prazo

Total

Fibra Prudencial	
2018	2017
2.796	2.690
4.459	3.666
7.255	6.356

23. Limites Operacionais**Acordo de Basileia**

As instituições financeiras têm que manter patrimônio de referência mínimo de 10,5% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de crédito de "Swap", sobre as exposições em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e Instruções do Bacen. Em 30 de junho de 2018, o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
Patrimônio de referência (PR)	601.390	528.463
Patrimônio de referência exigido (PRE)	439.502	442.941
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	9.150	4.112
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	95.544	59.857
Margem	57.194	21.553

⁽¹⁾ Risco de Mercado de taxas de juros de carteira "banking".

⁽²⁾ Em 2018 1,875% do RWA total ante 1,25% em 2017.

Em 30 de junho de 2018, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, correspondia a 11,80% (11,04% junho de 2017).

24. Informações Complementares**a. Avais e Fianças**

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	Fibra Prudencial	
	2018	2017
Fianças - Instituições Financeiras	314.304	76.497
Fianças - Pessoas Físicas e Jurídicas não financeiras	503.175	695.639
Total	817.479	772.136

b. Cessão de Crédito com Coobrigação

Em 30 de junho de 2018, as cessões de crédito com coobrigação, efetuadas anteriormente a vigência da Resolução nº 3.533/08 do Bacen e registradas em contas de compensação atingiram o montante de R\$ 0,00 (R\$ 30 em 2017).

c. Benefícios a Funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco Fibra não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

O Banco Fibra não contribuiu com planos de previdência privada ou complementar no semestre findo em 30 de junho de 2018.

d. Participação nos Lucros - Funcionários

O Banco Fibra possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico.

e. Contrato de Seguros

O Banco Fibra possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismos, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência da cobertura básica, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo da cobertura é de R\$ 159.756 e o período de cobertura se estende até março de 2019, renovados anualmente. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

CONTADOR: ORLANDO FRANCISCO DUARTE JORDÃO
CRC 1SP 294229/O-0
